

RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA JUNTO A CRIANÇAS: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

Geranilde Costa e Silva

Universidade Federal do Ceará — UFC

Questões Primeiras

O processo de exclusão a que a população negra vem sendo submetida tem motivado os Movimentos Sociais Negros (MSN) a potencializar o debate em torno das relações de etnia, reivindicando a efetivação de ações voltadas à superação das desigualdades socioeconômicas educacionais entre negros e brancos. Ainda que isoladamente, na esfera educacional verificamos algumas conquistas, como a revisão dos livros didáticos pelo Ministério da Educação (MEC) na década de 1990 após um grupo de pesquisadores negros e não-negros indicarem a presença de vários estereótipos atribuídos aos afrodescendentes, colocando-os em situação de inferioridade aos brancos.

Devido às intensas manifestações dos MSN, alguns estados e municípios reconheceram a necessidade de criar leis que regulassem o sistema de ensino contemplando essa temática, a exemplo da Lei Orgânica de Belo Horizonte (1990), que incluiu no conteúdo programático das escolas públicas disciplinas que tratam da História dos Negros no Brasil e a História do Continente Africano.

Em 2001, o Estado Brasileiro participou, em Durban, na África do Sul, da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, fórum em que o Brasil, através do presidente Fernando Henrique Cardoso, reconheceu a escravidão e o tráfico de negros como sendo crimes contra a humanidade. Também assumiu o compromisso de criar políticas de ações afirmativas, garantindo à população negra acesso a bens e serviços públicos, a exemplo, a criação de cotas nas universidades. Nessa direção contamos com a recente aprovação das cotas raciais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em abril do corrente ano. A ministra Rosa Weber do STF ainda se manifestou acerca dessa temática dizendo: “*O sistema de cotas deve ser considerado completo, pois é plural, democrático e aumenta as chances de participação do negro nos melhores espaços da sociedade*” (<http://www.palmares.gov.br/?p=19437>).

Já em 2003 o governo federal acatando reivindicação dos MSN aprovou a Lei nº 10.639 que instituiu o ensino da História e Cultura Africana e Afrobrasileira na Educação Básica.

Outra conquista dos Movimentos Sociais Negros se deu em 2005, com a Marcha sobre Brasília que resultou no reconhecimento, por parte do Governo brasileiro, do racismo e o compromisso quanto à realização de políticas de ação afirmativa.

Ainda que possamos relatar todas essas conquistas muito ainda há por ser feito no sentido de garantir uma sociedade não racista. Dentre esses desafios podemos destacar o cumprimento da Lei nº 10.639/03, que mesmo tendo o status

de legislação federal ainda não recebeu a devida atenção dos sistemas de educação.

A inclusão da História e Cultura Africana e Afrobrasileira na educação básica vêm requerer dos sistemas de ensino o compromisso com uma educação não racista, o que significa tratar da necessidade em prover políticas que possam garantir sua execução por meio da formação de professores/as, aquisição de material didático, parceria com os Movimentos Sociais Negros, etc. Estas e outras ações estão dispostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, quando afirma que,

Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, com base neste parecer, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares. Caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros (MEC, 2004. P.18).

Por mais que a Lei nº 10.639/03 se revele como um grande avanço dos MSN avalio, enquanto mulher, professora e pesquisadora negra, que muito ainda há por ser feito para

que a escola consiga, primeiro, reconhecer a existência do racismo no seu cotidiano e, depois construir pedagogias de enfrentamento para tal contexto. Tal afirmativa está assentada a partir dos estudos de minha pesquisa de mestrado (G. Silva, 2009), e também no doutoramento, ora em execução, pois venho constatando, por um lado, que muitas escolas têm dificuldades para diferenciar manifestações racistas de simples brincadeiras infantis e tampouco sabem lidar com os embates étnico-raciais presentes no espaço escolar. De outro, a alternativa encontrada por muitos/as educadores/as para enfrentar tal contexto é a criação de projetos nomeados de Cultura Afro, que de um modo geral fazem alusão ao 20 de Novembro, e que muitas vezes se limitam a apresentação de personalidades afro-brasileiras, ou mesmo em apontar grupos de maracatu, maculelê, coco, samba de roda e congada, como expressões da cultura afro-brasileira, e assim, acreditam estarem contribuindo para dirimir ou eliminar conflitos étnicos raciais.

Tomei conhecimento de um exemplo desse tipo de situação ainda durante o processo de negociação para a realização do meu mestrado, em que uma das professoras relatou que havia efetuado atividades em comemoração ao 20 de Novembro (2007), momento em que as crianças estudaram sobre as personalidades negras em diversas áreas. Com essa atividade, ela acreditava poder discutir sobre a presença do negro na sociedade brasileira e combater práticas racistas. No entanto, dias depois, em meio à realização de uma tarefa de leitura, percebeu que uma aluna não portava o livro didático, levando-a a solicitar que a mesma sentasse ao lado de um determinado colega,

mas esta se recusou justificando que o colega era negro. A professora revelou que ficou surpresa com a reação da menina isso porque julgava que por meio daquele trabalho anteriormente efetivado sobre a presença dos negros em cargos ou profissões de destaque, teria colaborado para que as crianças passassem a valorizar as pessoas negras. Disse-me que por alguns instantes não soube como resolver tal situação e decidiu então apelar dizendo à menina que caso recusasse sentar-se junto ao colega, comunicaria aos pais acerca de sua conduta desrespeitosa em sala de aula, o que levou a criança a obedecê-la.

Segundo a referida docente, a criança negra manteve-se em silêncio e apenas observou o diálogo estabelecido entre a professora e a colega. Falei à docente que devido à minha descendência africana, era possível imaginar o que ele havia sentido, mesmo não tendo esboçado verbalmente seu sentimento. Diante disso, reforço a idéia de que

(...) a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, MEC, 2005. P. 15).

Por sua vez, avalio que essa fragilidade conceitual da escola em tratar da cultura afrobrasileira se acirra mais quando o assunto é religiosidade afro, ainda que seja evidente a presença da Umbanda e Candomblé no nosso cotidiano. No mestrado também evidenciei por vezes, que as crianças na tentativa de agredir os colegas usavam expressões como: *filhos da macumba!* Creio que esse tipo de comportamento tem sua gênese no modo desrespeitoso como historicamente são tratadas as manifestações culturais de origem africana, em especial as religiões. Ao questionar uma das docentes sobre tal comportamento esta afirmou que crianças não sabem explicar **o que é macumba** e que ela tampouco tem formação para tratar dessa temática em sala de aula, mesma afirmou:

As crianças não sabem dizer o que é macumba! Eu não tenho conhecimento bastante 'pra' trabalhar com eles sobre a religião. A religião vem sendo trabalhada desde muito tempo assim e não chegou ninguém 'pra' dizer: Olha! Isso não é assim! A escola fica omissa. Nesse ponto ela é omissa! (...) Se não vem no livro didático, mas trabalhar à parte isso aí. (Docente)

Diante dessas questões apresentadas é que passei a traçar, durante o mestrado, estratégias de ensino-aprendizagem que pudesse levar as crianças a se aproximarem da religiosidade de base africana. Logo abaixo apresento como trabalhei essa temática.

Experiências no Mestrado

Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram os cérebros dos homens. Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. (HAMPATÉ BÂ, 1982, P. 168).

Para tratar da religiosidade afro-brasileira iniciei apresentando a História do Rei Galanga, conhecido como Chico Rei, o qual teve seu reinado invadido pelos portugueses e fora trazido com sua família e outras pessoas de seu grupo para o Brasil na condição de escravos. Para a contação dessa história, baseei-me no paradidático Chico Rei, escrito por Renato Lima (2006). Todavia, não expus o mesmo à turma com receio de que suas imagens induzissem-os e que, de alguma forma, falseasse o imaginário das crianças acerca de uma possível realeza negra. Por outro lado, essa história não explicava as motivações dos portugueses para invadir a África. Diante dessa situação, resolvi escrever um texto intitulado Rei Galanga. Nesse texto pude acrescentar algumas informações que julguei necessárias para que as crianças e a professora desmistificassem a História dos povos africanos. Decidi trabalhar dessa maneira para tentar responder ao questionamento feito por uma menina quando da realização de minha primeira intervenção, a qual me lançou a seguinte indagação: “*Por que mesmo que os morenos foram escravizados pelos*

brancos?”. Nessa história apresento o papel assumido pela Igreja Católica enquanto colonizadora das terras brasileiras frente ao processo de escravização dos povos africanos. Tinha por interesse desmistificar a idéia da África como um continente sem história anterior à invasão portuguesa e apresentar a Igreja Católica como primeira apoiadora e financiadora de tamanha atrocidade contra o Continente Africano. Com a apresentação do Rei Galanga, teria oportunidade ainda de apresentar à classe e docente, por meio da existência dos Orixás junto ao Candomblé e a Umbanda, alguns princípios da cosmovisão africana. Dividi a história em sete cenas e pude expor à sala alguns elementos da História da África a partir de suas contribuições culturais e tecnológicas à humanidade. Evidenciei ainda alguns interesses mercantilistas de Portugal e de outros povos para promoverem invasões, pilhagens e dar início ao processo de escravização dos povos africanos, levando-os para os mais diversos lugares, em especial, para o Brasil.

Entreguei para cada estudante e professora uma cópia desse material e passei a ler a história sem fazer nenhum tipo de comentário. Queria observar de que modo alunos e docente iriam portar-se frente à narrativa e também evitar possíveis induções às tarefas que seriam propostas em sala de aula. Ao final da leitura, formei subgrupos com três alunos/as cada e solicitei que voltassem a ler a história e tentassem produzir ilustrações. Após recolher as mesmas, passei a conversar com a turma para verificar o que os/as estudantes e a docente haviam entendido sobre a História do Rei Galanga.

Dei início à leitura da história com o seguinte trecho da cena 01:

Para dar início ao tráfico dos povos africanos, Portugal recebeu apoio da Igreja Católica e assim passou a prender, vender e aprisionar os povos negros da África. Muitos cientistas da Europa, que eram brancos, usavam idéias falsas para afirmar que as pessoas negras eram pessoas ruins, inferiores e sem alma e, assim, contribuíram para que os povos africanos, que eram negros, fossem tratados com total desrespeito. Assim iniciou-se à destruição dos povos africanos, sendo famílias destruídas, homens, mulheres, adolescentes e crianças negras aprisionadas, torturadas e mortas pelos mais diversos povos da Europa, como os portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, etc (G. SILVA, 2009. P. 69).

Nesse momento, a docente interveio com a seguinte frase: *“Valha-me Deus! Porque isso não vem escrito nos livros de História que a gente ensina para as crianças? A partir do comentário, respondi: “Nem sempre quem faz os livros tem interesse em contar o que de fato aconteceu com os povos africanos, nem sempre se quer que seja contado a verdade!”* Observei que as crianças apresentaram resistência para a produção dos desenhos. Mais uma vez notei que havia, por parte das mesmas, uma preocupação exarcebada com a estética, pois acreditavam que os desenhos seriam apresentados para a turma, como fora feito numa atividade anteriormente desenvolvida. Porém, após esclarecer que isso não ocorreria, algumas meninas deram início aos desenhos, mas outros/as

estudantes simplesmente argumentaram que não sabiam desenhar e não realizaram a atividade. Essa falta de interesse pela produção de desenhos preocupou-me e cheguei a pensar que os/as estudantes não tinham entendido a história ou mesmo que os fatos trazidos pela narrativa não tivessem provocado nenhum tipo de dúvida, questionamento ou inquietação quanto à história dos povos africanos, idéia essa que foi gradualmente descartada à medida que dei início ao debate sobre a História do Rei Galanga. Durante o debate, a turma evidenciou que havia entendido muito das questões apresentadas na História do Rei Galanga. Quando estava explicando que os povos africanos eram presos em suas comunidades e colocados em caravelas para serem transportados para o Brasil e as estratégias utilizadas pelos povos africanos para conseguirem comprar suas alforrias e libertarem-se da condição de escravos, uma menina disse: *“Tia, é como se fosse um seqüestro e depois tinha que pagar o resgate, não é?”* Diante de tal indagação olhei e confirmei a suspeita da criança.

Para questionar as crianças sobre a religião de Galanga, fiz a seguinte proposição: *“Na religião Católica tem os santos. Mas na religião de Galanga não tem. Quais são os seres da religião de Galanga que protegem as pessoas e o universo?”* Em seguida, alguns alunos/as responderam Candomblé. Suspeitei que elas tivessem citado o Candomblé influenciados pelo que haviam estudado com a professora sobre as heranças dos povos africanos, o que me levou a verificar quais conteúdos o livro de geografia da turma trazia sobre os povos africanos. Este apresenta a Herança Africana ao discutir o tema

Famílias e modos de vida, citando como exemplos, o modo de vestir e o acarajé, o Afoxé como um cortejo africano e a Congada dentro das festas e danças. A partir dessas constatações busquei apresentar os orixás na história do Rei Galanga, logo abaixo exponho o referido trecho.

Como os costumes da religião de Galanga eram diferentes dos costumes da Igreja Católica, ele e todos os africanos passam a ser perseguidos e considerados como pessoas ruins, que tinham contato com o mal, o que não era verdade. Com o tempo, negras e negros africanos foram conhecendo os santos da Igreja Católica, como Jesus, Nossa Senhora, Santo Antônio, São Jorge e passaram a respeitá-los. Mas assim como Galanga, os demais africanos foram espertos e encontraram um modo de continuar suas religiões e não serem tão perseguidos, que foi o seguinte: eles escolhiam alguns santos da Igreja Católica para simbolizar os seus orixás, por exemplo, faziam de conta que São Jorge era Ogum, um orixá valente e guerreiro; Santa Bárbara era Iansã, um orixá mulher que cuidava do Universo; Nossa Senhora era Iemanjá, um orixá que protegia a maternidade; Santo Antônio era Exu, um orixá que protegia a fala e as casas das pessoas; Jesus Cristo era Oxalá, um orixá que protegia as pessoas e suas famílias. Dessa forma, as pessoas da Igreja Católica passaram a acreditar que negros e negras tinham mudado de religião, mas não era verdade, pois os povos negros continuavam a respeitar e praticar suas religiões (G. SILVA, 2009. P. 63).

Após a apresentação do Rei Galanga decidi verificar o que as crianças tinham conseguido entender desses conteú-

dos. Para tanto, pretendia fazer uso de um recurso pedagógico que fosse capaz de articular os assuntos já estudados e ainda permitisse, ao mesmo tempo, aprofundar o estudo sobre Orixás. Assim, busquei criar um jogo que recebeu o nome de AFRIQUEI, uma espécie de junção entre as palavras África e brinquei. O AFRIQUEI é formado por 04 (quatro) blocos, o primeiro é composto por um grupo de 10 (dez) cartas sendo que cada uma traz na parte da frente a gravura, e no verso, as qualidades, características e atribuições dos Orixás, que foram dadas por Olodumarê (Deus Supremo); o segundo bloco possui cartas com os nomes de 20 animais africanos apresentados durante a execução do jogo *Eu fui a África e vi*, disponível no site A Cor da Cultura; o terceiro traz gravuras desses animais articulados a perguntas e o quarto bloco porta apenas a imagem dos citados animais. O jogo traz alguns princípios da Cosmovisão Africana, como por exemplo, o cuidar da natureza, e assim, o vencedor é o jogador que consegue proteger o maior número de animais. Criei as seguintes instruções para determinar o modo de atuação de cada jogador participante:

- a) apresentação por parte do/a professor/a ou orientador dos princípios, regras e objetivos do jogo frente à Cosmovisão Africana;
- b) o jogo é composto por 05 (cinco) participantes, os quais utilizam dados para decidirem a ordem dos participantes, sendo que cada jogador passa a representar apenas um dos dez Orixás presentes, os quais: Orunmilá Ifá (Senhor do passado, presente

e futuro), Exu (Senhor dos caminhos, orixá ligado à comunicação), Oxossi (Senhor da matas e florestas, é o Grande Caçador), Iemanjá (Senhora da maternidade e das águas do mar), Oxum (Senhora da beleza, da fertilidade e das águas doces, gosta do ouro e é muito vaidosa), Xangô (Senhor do fogo, do trovão e da justiça, é viril e violento, porém conhecido como Grande Justiceiro), Ewá (protetora das virgens e de tudo que é inexplorável), Logun Edé (a única divindade hermafrodita, é homem por seis meses e nessa fase é astuto como Oxóssi, usa capacete de metal dourado e espada; na fase em que é mulher, veste-se com saia cor de rosa, usa uma coroa de metal dourado, arco e flecha e é vaidoso como Oxum), Nana (é a sacerdotisa, seu mundo é a natureza viva e morta, é considerada a dona dos terrenos pantanosos, dos rios e dos mares) e Iansã (Senhora dos ventos e das tempestades, guerreira autoritária, irrequieta, mas também sensual e de temperamento forte);

- c) a partir dos Orixás recebidos, o jogador passa a gozar das características do mesmo, de modo que quem conduz o jogo é EXU, por ser o Senhor da Comunicação;
- d) em caso de não saberes ou terem dúvidas quanto às respostas os jogadores podem recorrer a Exu e solicitar ajuda. No entanto, Exu só pode atender, ou não, aos jogadores após se aconselhar com Orun-

milá Ifá, pois Ifá está presente desde a criação do universo, acompanha nossas existências e, por isso, tem o conhecimento do presente, passado e futuro.

Após ser definida a ordem dos participantes, o jogador que representa Exu dá início ao jogo, é ele quem organiza as cartas e passa a reger o AFRIQUEI. Nesse jogo os animais ocupam lugar de destaque, pois são eles que perguntam aos participantes sobre a história do Rei Galanga. Os animais possuem todos os conhecimentos da vida de Galanga, pois estão na África desde muito tempo e acompanharam o sofrimento dos povos africanos, presenciaram o que ocorreu ao reinado de Galanga e, assim, dirigem-se aos jogadores para interpelá-los sobre os acontecimentos que fazem parte da história dos povos africanos e brasileiro. À medida que o jogador responde corretamente a proposição feita pelo animal, recebe a missão de proteger o mesmo, mas, se o participante não tem conhecimento da resposta, pode recorrer a Exu, e caso não obtenha ajuda do mesmo a referida carta volta à mesa. A cada três respostas corretas dadas por um dos jogadores, este escolher mais um Orixá para protegê-lo, uma vez que quem protege merece proteção.

Logo que construí o AFRIQUEI, passei à fase de testes para que pudesse perceber o grau de aceitação dos/as estudantes, quais dificuldades teriam para entender as regras e dar as soluções para cada proposição apresentada por cada animal e como se portariam ao tomarem conhecimentos dos Orixás.

Algumas Análises

Por meio dessa experiência avalio que:

- a) consegui constatar um fenômeno revelador por parte da docente quando fala: *“Valha-me Deus! Porque isso não vem escrito nos livros de História que a gente ensina para as crianças?”*. Essa fala vem evidenciar a formação deficiente da mesma quanto aos conflitos religiosos e étnico-raciais que envolveram a História da África, de Portugal e do Brasil.
- b) o desconhecimento por parte dos/as estudantes quanto à presença dos Orixás nas religiões de matriz africana, o que constituiu como algo favorável para o estudo dos mesmos.
- c) de um modo geral, a turma apresentou certa dificuldade para pronunciar os nomes de cada Orixá. Algumas discentes manifestaram interesse pelo jogo e passaram a pedir algumas dicas sobre as respostas, algo que até então eu não havia proposto ao AFRIQUEI, e essas crianças ainda apresentaram como deveriam ser essas dicas, sendo sugeridas algumas relacionadas ao número de letras, sílabas e ainda letras iniciais e finais de algumas palavras. Por algumas vezes, as crianças falaram respostas erradas — creio que, no desejo de acertar o máximo possível, passavam a apresentar respostas diferenciadas das esperadas. No entanto, ainda que não fossem

corretas, essas sempre se referiam ao vocabulário presente na história do Rei Galanga, o que me levou a repetir algumas perguntas e, por vezes, o grupo dava a resposta correta.

- d) A tomada de conhecimento quanto à presença dos Orixás a partir do estudo da história dos povos africanos — em especial, a do Rei Galanga — permitiu às crianças a produção de questionamentos, a exemplo, do manifestado por um dos meninos após concluirmos o jogo, quando disse: *“Tia, o Oxóssi protege as matas só da África?”*. Respondi que o orixá Oxossi protege as matas da África, do Brasil e todas as outras, quando ele revelou: *“Tia eu nunca ouvi falar no Oxóssi!”*.

Conclusão

A partir dessa experiência posso afirmar que é possível incluir a cultura afro-brasileira e tratar das religiões de matriz africana no cotidiano escolar, todavia, por meio da formação de docentes e uso de material pedagógico não racista.

Referências

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2004.

Eu fui à África e vi. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/livros/jogos>. Acesso 14 novembro 2007.

HAMPATÉ BÂ A,. A tradição viva. In: História Geral da África: metodologia e pré-história da África. 2. Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

LIMA, Renato. *Chico Rei*. São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção Mistura Brasileira).

SILVA, Geranilde Costa e. O uso da literatura de base africana e afro-descendente junto a crianças das escolas públicas de Fortaleza: construindo novos caminhos para repensar o ser negro. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) — Faculdade de Educação Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

STF aprova por unanimidade a política de cotas raciais. Fundação Palmares, 26 abril de 2012. Disponível: <http://www.palmares.gov.br/?p=19437>. Acesso em: 30 abril 2012.

AS RELIGIOSAS VICENTINAS E O ENSINO DE ENFERMAGEM NO CEARÁ

Emanoela Therezinha Bessa Mendes

Enfermeira. Discente do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual do Ceará (CMAE/UECE). Bolsista da Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa (FUNCAP)
E-mail: emanoelabessa@hotmail.com

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Enfermeira. Pós-doutora em Educação pela Universidade de Valência, Espanha. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista em Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)
E-mail silnth@terra.com

Introdução e Objetivos

Ao reconstituir a História da Formação Profissional da Enfermeira no estado do Ceará, no período de 1943 a 1977, destacando a trajetória da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), visando à preservação e socialização da História e da Memória desta categoria profissional neste estado; em estudos preliminares, detectou-se a contribuição das religiosas vicentinas para a formalização do ensino de enfermagem no Ceará, mediante a organização de cursos de Emergência de Voluntárias Socorristas e de Defesa Passiva Anti-aérea, e do curso de Enfermagem propriamente com a instalação da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP) nas dependências do Patronato Nossa Senhora de Auxiliadora, instituição mantida pelas Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo.